LITERATURA INFANTIL E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: UM LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES (2021-2025)

Bianca Letícia dos SANTOS

Caio Vinicius dos SANTOS

Unesp - Faculdade de Ciências (FC) - Bauru

Eixo 07 - Educação, desenvolvimento e aprendizagem

bianca.leticia@unesp.br

Palavras-chave: Literatura. Educação Infantil. Psicologia Histórico-Cultural.

1. Introdução

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, define que a educação é um direito de todos, além de ser dever do Estado e da família, incentivada pela sociedade, com o escopo no desenvolvimento da pessoa plenamente, para o exercício da cidadania.

Em consonância à CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9,394/96, define, em seu Artigo 29, que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. (Brasil, 1996)

A Base Nacional Comum Curricular, ao tratar da Educação Infantil, dispõe que a literatura infantil é elemento integrante da educação e está relacionada aos campos de experiências como “Escuta, fala, pensamento e imaginação” (Brasil, 2018). Ou seja, descreve que a criança participa das situações de comunicação cotidiana, primeiramente com o corpo e, após a internalização da linguagem, comunica-se através dela e de outros recursos de expressão.

Nota-se que, diante dos documentos supracitados, é possível compreender que a literatura infantil está além de ser mais um recurso pedagógico. Nesse sentido, tal ideia apoia-se na Psicologia Histórico-Cultural, desenvolvida por Vygotsky (1998) onde afirma que o ser humano é um sujeito histórico e o uso de instrumentos sociais historicamente produzidos fazem a mediação necessária para que se ocorra o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pois promovem a reorganização do psiquismo, ou seja, a evolução dos processos psicológicos elementares.

Nesse sentido, o presente estudo objetivou realizar um levantamento de teses e dissertações que abordam a literatura na educação infantil na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, tendo como questionamento base: de que forma as pesquisas recentes de mestrado e doutorado no Brasil se situam em relação a literatura e ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos de idade, sob o olhar da Psicologia Histórico-Cultural? Deste modo, justifica-se pela necessidade de mapear as contribuições teórico-metodológicas relacionadas ao desenvolvimento de crianças na primeira etapa da educação básica.

2. Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois permite ao pesquisador obter uma "gama de fenômenos muito mais ampla" (Gil, 2002, p.45). E qualitativa, que nas palavras de Minayo (2001, p. 21) "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos".

Foi utilizado o Banco de Teses e Dissertações da Capes para o levantamento. A partir dos descritores: "Psicologia Histórico-Cultural" e "Literatura", com recorte temporal de 2021 a 2025, a busca retornou 66 produções, sendo 14 teses de doutorado, 48 dissertações de mestrado e quatro dissertações de mestrado profissional. Após a leitura dos títulos e palavras-chave, foi identificado que apenas cinco produções fazem parte do escopo deste estudo. Portanto: um trabalho de doutorado e quatro de mestrado acadêmico.

3. Resultados obtidos

Ao analisar os resumos das produções, destaca-se que:

Tarrago (2021) apresentou que programas de leitura, embora importantes como política pública, podem adotar modelos centralizados e homogeneizadores, o que exige uma atuação crítica das educadoras para atender às particularidades locais.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola foi destaque na pesquisa de mestrado de Faria (2021), indicando que programa o contribuiu para o aumento do acervo escolar, mas o acesso efetivo depende da gestão de cada instituição, e seus resultados sublinham o protagonismo infantil, manifestado na escolha autônoma dos livros pelas crianças, e a ludicidade, onde o livro é ressignificado como brinquedo e a leitura como brincadeira, ampliando a imaginação e o repertório vivencial.

Coelho (2023) apresentou que as professoras de berçário reconhecem a importância da literatura, mas enfrentam desafios como acervos reduzidos e

inadequados para bebês e que a prática literária ocorre de forma entremeada na rotina de cuidados e momentos de ludicidade, evidenciando a necessidade de formação.

Garcia (2024), em sua tese, identificou que os conhecimentos necessários para uma prática docente mediadora e significativa envolvem a formação estética, a humanização, a imaginação e a mediação, e seus resultados apontaram a necessidade de orientações metodológicas no acolhimento e a organização criteriosa dos livros até a escuta atenta à fala da criança, reafirmando a literatura como direito e instrumento essencial para a humanização.

Por fim, a pesquisa de Custódio (2024) indicou que a mediação intencional do professor é o caminho para promover novos conhecimentos e apresentar a realidade objetivada às crianças, cumprindo a função social da literatura e da legislação vigente.

Diante do exposto, destaca-se que as políticas públicas e programas que incentivam a literatura como ferramenta para o desenvolvimento infantil, na perspectiva de Vygotsky, necessitam da intencionalidade para que ocorra a mediação necessária, pois segundo o autor, “Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos.” (Vygotsky, 1998, p.41)

4. Conclusões

Reconhece-se, portanto, que os documentos legais destacam a importância da educação infantil para a formação das crianças. E, nesse sentido, as pesquisas de mestrado e doutorado apresentadas seguem o mesmo caminho ao considerar a literatura na tenra idade para além do desenvolvimento integral, destacando-se o desenvolvimento social e humano, bases da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky. As produções ainda enfatizam a formação docente, as políticas públicas e os aspectos culturais fundamentais a esse processo.

5. Principais referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.